

POR UMA GENEALOGIA DA GOVERNAMENTALIDADE EM M. FOUCAULT E G. AGAMBEN

Evandro Pontel¹
Isis Hochmann de Freitas²

*Sobre o que ele fundará a economia do Mundo que quer governar?
(B. Pascal, Pensamentos)*

RESUMO: A presente reflexão visa desenvolver uma genealogia da governamentalidade em Michel Foucault e em Giorgio Agamben. Dessa forma, sob tal perspectiva, pretende-se situar de que modo o pensador francês compreende a governamentalidade no Ocidente, isto é, como a vida humana é tocada e permeada pelo exercício do poder, a forma como se desenrola a sociabilidade humana, a eclosão do biopoder enquanto administração e gestão da vida humana nas esferas do exercício do poder. Nesse âmbito, busca-se indicar em que consistem as formas de exercício de poder em vista de destacar a normalização biológica da vida humana e como este evento tem influído na governabilidade nas sociedades. Além disso, será explicitado, em complementação, o pensamento agambeniano com o intuito de demonstrar que na compreensão de *oikonomia*, desde os gregos e posteriormente presente nos primórdios do cristianismo, desenha-se o paradigma biopolítico vigente na atualidade, em que o fator econômico passa a determinar a vida humana enquanto economia e disposição da vida, administrável, moldável, como característica da política e marco definidor do poder soberano que a determina nas sociedades de nosso tempo.

Palavras-chave: Foucault. Agamben. Poder. Governamentalidade. Soberano.

¹Doutorando em Filosofia – PUCRS, Bolsista CNPq. Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: epontel@hotmail.com

²Doutoranda em Ciências Sociais e em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUCRS. Bolsista CAPES. Mestre em Ciências Criminais pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da PUCRS. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: isishoc@gmail.com

FOR A GENEALOGY OF GOVERNMENTALITY IN FOUCAULT AND G. AGAMBEN

ABSTRACT: This reflection aims to develop a genealogy of governmentality in Michel Foucault and Giorgio Agamben. Thereby, under this perspective, is to intend to place that the french thinker mode comprises governmentality in the West, that is, as human life is touched and pervaded by the exercise of power, how unfolds human sociability, the outbreak of biopower as administration and management of human life in the spheres of the exercise of power. In this context, it seeks to indicate what constitute the forms of exercise of power in order to highlight the biological standardization of human life and how this event has affected the governability in societies. Moreover, it will be explained in complementation the agambeniano thought in order to demonstrate that on the understanding of oikonomia, from the Greeks and then present in early Christianity is drawn the current biopolitical paradigm, in which the economic factor comes to determining human life while economy and disposal of life, manageable, moldable, as a characteristic of politics, and limit that defines the sovereign power that determines the societies of our time.

Keywords: Foucault. Agamben. Power. Governmentality. Sovereign.

Ao longo do percurso filosófico de Michel Foucault, no período entre a década de 1970 e 1980, inaugura-se um importante estágio nas investigações e abordagens empreendidas pelo referido pesquisador durante seus treze cursos ministrados no Collège de France, nos quais estão expostas suas reflexões. Em suas abordagens teóricas “[...] desenvolve o particular programa de uma genealogia³ das relações de saber/poder em função do qual “[...] ele refletirá sobre seu trabalho – em oposição ao de uma arqueologia das formações discursivas que até então o havia dominado”.⁴

³BILLOUET, Pierre. *Foucault*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Estação Liberdade, 2003, p. 16-17.

⁴EWALD, François; FONTANA, Alessandro. Prefácio. In: FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. Curso no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. XI.

Nesse sentido, o pensador de Poitiers, no exercício reflexivo que se propõe desenvolver, parte da compreensão de descontinuidade⁵, de “saberes sujeitados” enquanto saberes que foram mascarados, ocultados das sistematizações formais, desqualificados como não conceituais, insuficientemente elaborados, hierarquicamente inferiores como sinônimo de saberes que expressam a clivagem dos enfrentamentos e das lutas, que se forja e delinea-se o que, segundo ele, pode-se denominar genealogia, da qual emerge uma série de pesquisas genealógicas múltiplas, a redescoberta exata das lutas e a memória bruta de combates. Nesse sentido, a expressão *genealogia* pode ser entendida como “[...] o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais”.⁶

Michel Foucault alerta para o fato de que a produção do discurso nas sociedades é controlada por meio de “procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”⁷. Nesse sentido, as múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam, constituem o corpo social de tal forma que o “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”⁸. Conforme Foucault, mais do que se compreender a ideia de que os indivíduos estão demarcados em suas relações em uma trama social definida entre os que dominam e os que são dominados, a dinâmica social embasa-se e efetiva-se a partir de relações de poder, as quais não são e não se dão, necessariamente, em sentido

⁵Conforme Edgardo Castro, “Introducir la categoría discontinuidad en la historia del saber implica, en cuanto ella es una operación deliberada del historiador, confrontarse con la historia trascendental de las ideas y las ciencias; en cuanto es un concepto metodológico, renunciar a las categorías provenientes de las ciencias humanas; y en cuanto resultado sustraerse al antropologismo moderno. En cuanto concepto metodológico, la discontinuidad nos obliga a abandonar las categorías provenientes de las *ciencias humanas* (*tradición, desarrollo, evolución, espíritu, obra, etc.*) que permitían descubrir, a pesar y más allá de las diversidades y de las diferencias, un desarrollo continuo, una historia sin interrupciones”. CASTRO, Edgardo. *Pensar a Foucault: interrogantes filosóficos de la arqueología del saber*. Buenos Aires: Biblos, 1995, p. 26.

⁶FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 13.

⁷FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1988, p. 8.

⁸FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1988, p. 10.

violento de dominação, mas como possibilidade de positividade, sem que seja necessariamente sinônimo de dominação.

Desse modo, é preciso compreender o poder enquanto exercício, visto que “O poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação”⁹. Assim, requer e suscita que seja analisado como algo que circula, que funciona em cadeia. Quer dizer: “Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede”¹⁰. Destarte, por ser uma dimensão exclusiva do ser humano enquanto prática de interação precisa ser entendida de acordo com Castor Ruiz, que a prática humana em sua complexidade se desenvolve, sempre, “[...] como formas de poder, o qual é inerente à prática humana, mas essa afirmação não significa que toda prática humana tenha embutida uma forma de dominação. O simbolismo do poder tem também um leque de sentidos positivos, pois ele é algo inerente à prática criadora”¹¹.

Ao iniciar a exposição acerca de uma genealogia da governamentalidade¹², analisando o poder, Foucault destaca que,

[...] não se trata de analisar as formas regulamentadas e legítimas do poder em seu centro, no que podem ser seus mecanismos gerais ou seus efeitos de conjunto. Trata-se de apreender, ao contrário, o poder em suas extremidades, em seus últimos lineamentos, onde ele se torna capilar; ou seja: tomar o poder em suas formas e em suas instituições mais regionais, mais locais, sobretudo no ponto em que esse poder, indo além das regras de direito que o organizam e o delimitam, se prolonga, em consequência, mais além dessas regras, investe-se em instituições, consolida-se nas

⁹FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p. 175.

¹⁰FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p. 183.

¹¹RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. *Os labirintos do poder: O poder (do) simbólico e os modos de subjetivação*. Porto Alegre: Ed. Escritos, 2004, p. 11.

¹²“Por esta palavra ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança”. FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. Curso no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 143.

Sandro Chignola destaca a importância de trabalhar o conceito de governamentalidade atentando ao “próprio exercício do ‘biopoder’, para além da lógica da soberania – particularmente com foco nos processos de subjetivação. CHIGNOLA, Sandro. Regra, lei e forma-de-vida em Agamben. In: *Giorgio Agamben: filosofia, ética e política*. SALVETTI, Ézio; CARBONARI, Paulo, SIVIERO, Iltomar (Orgs.). Passo Fundo: IFIBE, 2015, p. 20.

técnicas e fornece instrumentos de intervenção materiais, eventualmente até violentos.¹³

O curso de Michel Foucault intitulado *Segurança, território, população*¹⁴, proferido no Collège de France em 1977-1978, tem por marca fundamental o desenvolvimento de uma genealogia da *governamentalidade* moderna. No referido curso são apresentadas três formas de poder: o modelo do *Estado territorial de soberania* (o poder baseado na teoria da soberania, que é vinculada a uma forma de poder que se exerce sobre a terra e os produtos da terra, muito mais do que sobre os corpos e sobre o que eles fazem); o *poder disciplinar* (sociedade disciplinar, os dispositivos visam, através de uma série de práticas e de discursos, de saberes e de exercícios, à criação de corpos dóceis que se aplica ao corpo por meio das técnicas de vigilância e de instituições punitivas) e o *biopoder* (estado de população contemporâneo - que captura a vida em sentido massificante e totalizante).¹⁵

Nesse sentido, o pensador francês destaca de modo preciso que essas três modalidades não se sucedem cronologicamente nem se excluem reciprocamente, mas convivem, articulam-se entre si, de tal maneira, porém, que uma delas constitui a cada momento a tecnologia política dominante. O nascimento do estado de população e o primado dos dispositivos de segurança coincidem, assim, com o relativo declínio da função soberana e com a emergência no primeiro plano daquela governamentalidade que define o problema político essencial do nosso tempo.

Nessa perspectiva, de acordo com Giorgio Agamben, poder-se-ia distinguir e caracterizar as relações de poder, entre três distintas modalidades, quais sejam:

[...] o sistema legal, que corresponde ao modelo institucional do Estado territorial de soberania e se define por um código normativo que opõe o que é permitido ao que é proibido e, conseqüentemente, estabelece um sistema de penas; os mecanismos disciplinares, que correspondem às modernas

¹³FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 32.

¹⁴FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. Curso no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹⁵“La tesi di Foucault, secondo cui “la posta in gioco è oggi la vita” – e la politica è, perciò, diventata biopolitica –, è, in questo senso, sostanzialmente esatta. [...]. Una vita politica, cioè orientata sull’idea di felicità e coesa in una forma-di-vita, è pensabile solo a partire dall’emancipazione da questa scissione, dall’irrevocabile esodo da ogni sovranità. La domanda sulla possibilità di una politica non statuale ha quindi necessariamente la forma: è possibile oggi, si dà oggi qualcosa come una forma-di-vita, cioè una vita per la quale, nel suo vivere, ne vada del vivere stesso, una *vita della potenza*?”. AGAMBEN, Giorgio. *Mezzi senza fine: note sulla politica* [1996]. Torino: Bollati Boringhieri, 2008, p. 16-17.

sociedades de disciplina e, ao lado da lei, põem em ação uma série de técnicas policiais, médicas e penitenciárias a fim de ordenar, corrigir e modular os corpos dos súditos; e, por fim, os dispositivos de segurança, que correspondem ao estado de população contemporâneo e à nova prática que o define, que ele denomina 'governo dos homens'.¹⁶

Conforme Agamben, Michel Foucault recorre a uma fórmula já presente em Schmitt e em Peterson, vejamos:

[...] quando falei da população, havia uma palavra que voltava sem cessar - vocês vão me dizer que fiz de propósito, mas não totalmente talvez -, é a palavra 'governo'. Quanto mais eu falava da população, mais eu parava de dizer 'soberano'. Fui levado a designar ou a visar algo que, aqui também, creio eu, é relativamente novo, não na palavra, não num certo nível de realidade, mas como técnica nova. Ou antes, o privilégio que o governo começa a exercer em relação às regras, a tal ponto que um dia será possível dizer, para limitar o poder do rei, que 'o rei reina, mas não governa'; essa inversão do governo em relação ao reino e o fato de o governo ser no fundo muito mais que a soberania, muito mais que o reino, muito mais que o *imperium*, o problema político moderno creio que está absolutamente ligado à população.¹⁷

Foucault situa a origem das técnicas governamentais no pastorado cristão¹⁸, entendido como o 'governo das almas' [economia das almas] que, enquanto técnica das técnicas, define a atividade da Igreja até o século XVIII, quando se transforma em modelo e em matriz do governo político. Segundo Agamben, uma das características essenciais do pastorado

[...] é o fato de se referir tanto aos indivíduos quanto à totalidade, cuidar dos homens [todos e singularmente], e essa é a dupla articulação que se transmite à esfera de governo do Estado moderno, que é, por isso, ao mesmo tempo, individualizante e totalizante.¹⁹

Além disso, outro aspecto central, compartilhado entre o pastorado e o governo, de acordo com pensador francês, é a ideia de uma economia, quer dizer, de uma gestão ordenada segundo um modelo familiar dos indivíduos, das coisas e das riquezas.

¹⁶ AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 125.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 99.

¹⁸ FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 171.

¹⁹ AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 126.

Nesse sentido, para Michel Foucault “A introdução da economia no seio do exercício político, é [...] a meta essencial do governo”²⁰. Assim, governar um Estado indica aplicar a economia como exercício de relação em nível estatal, estendido e exercido em relação aos habitantes, seja em relação às riquezas, conduta dos cidadãos, quanto na vigilância e controle da população. Desse modo, “[...] a arte de governar é, precisamente, a arte de exercer o poder na forma da economia”²¹. Entretanto, nessa perspectiva, Giorgio Agamben destaca que, embora o pensador francês situe uma definição econômica do pastorado e mostre como emerge o Estado moderno, quando a governamentalidade torna-se efetivamente uma prática calculada e refletida, tendo como berço e pano de fundo a pastoral cristã nesse processo, faltou a análise das implicações teológicas do conceito de *oikonomia* na referida investigação. Senão vejamos:

Embora Foucault, para sua definição ‘econômica’ do pastorado, cite precisamente Gregório di Nazianzo – autor que, como vimos, tem um papel importante na elaboração da economia trinitária –, ele parece ignorar por completo as implicações teológicas do termo *oikonomia*, a que é dedicada a presente investigação. No entanto, o fato de que a genealogia foucaultiana da governamentalidade possa ser, nessa perspectiva, prosseguida e recuada até identificar no próprio Deus, pela elaboração do paradigma trinitário, a origem da noção de um governo econômico dos homens e do mundo, não tira o valor de suas hipóteses; mas, antes, confirma seu núcleo teórico na mesma medida em que detalha e corrige sua exposição histórico-cronológica.²²

Na obra *O reino e a glória*, Giorgio Agamben afirma: “Esta pesquisa propõe-se investigar os modos e os motivos pelos quais o poder foi assumindo no Ocidente a forma de uma *oikonomia*, ou seja, de um governo de homens”²³. O pensador italiano parte dos estudos de Michel Foucault acerca da governamentalidade em vista de “[...] mostrar de que maneira o dispositivo da *oikonomia trinitária* pode constituir um laboratório privilegiado para observar o funcionamento e a articulação –

²⁰FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 126.

²¹FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 127.

²²AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória*: uma genealogia teológica da economia e do governo. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 126.

²³AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória*: uma genealogia teológica da economia e do governo. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 9.

ao mesmo tempo interna e externa – da máquina governamental”²⁴. Nessa perspectiva, ao mapear a exposição agambeniana exposta na obra supracitada, Carlo Salzani destaca:

O estudo leva em conta o conceito de governamentalidade, cunhado por Foucault em seus cursos no Collège de France de 1977, em particular, segurança, território, população [1977-1978] e o nascimento da biopolítica [1978-1979] para definir “a arte de governo” em um sentido amplo, que não é limitado às políticas de estado, mas expandido para incluir uma ampla gama de temas e técnicas de controle. Como tinha feito no *Homo sacer*, Agamben alarga o âmbito cronológico da genealogia foucaultiana e integra o enxerto da teologia política de Schmitt: a tese que oferece agora é que a forma paradigmática para entender o funcionamento e a articulação da máquina governamental é o dispositivo da doutrina trinitária processados nos primeiros séculos da teologia cristã, sob a forma de *oikonomia*. Para fundamentar esta tese, Agamben – como sempre – procede a uma pesquisa genealógica eruditíssima que analisa e discute uma quantidade impressionante de textos antigos e modernos, teológicos, filosóficos, antropológicos e jurídicos.²⁵

No decorrer da obra *O Reino e a glória*, a partir as escavações genealógicas iniciadas em *Homo sacer*²⁶, Giorgio Agamben ocupa-se e tem por foco central explicitar a articulação entre Reino e Governo, pondo em xeque a relação entre *oikonomia* e glória, entre o poder entendido como governo – governamentalidade – e o poder enquanto realeza cerimonial e litúrgica. Assim, de acordo com Edgardo Castro:

A pergunta central de *O reino e a glória* é, de fato, por que o exercício do poder foi assumindo no Ocidente a forma do governo e da *oikonomia*? Por outro lado, porque a investigação que se propõe Agamben, como a que havia levado a cabo Foucault, enfrenta seus problemas em termos

²⁴AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 9.

²⁵Lo Studio prende mosse dal concetto di “governamentalità”, coniato da Foucault nei suoi corsi al Collège de France a partire dal 1977 (in particolare in Sicurezza, territorio, popolazione [1977-1978] e Nascita della biopolítica [1978-1979] per definire “l’arte del governo” in senso lato, ovvero non limitato alle politiche statuali, ma esteso a includere una vasta gamma di soggetti e di tecniche di controllo. Come già aveva fatto in *Homo sacer*, Agamben amplia la portata cronológica della genealogia foucaultiana e la integra con l’innesto della teologia política di Schmitt: la tesi che ora propone è che la forma paradigmatica per comprendere il funzionamento e l’articolazione nella macchina governamentale è il dispositivo della doutrina trinitária elaborato nei primi secoli della teologia Cristiana nella forma di una *oikonomia*. Per sostanziare questa tesi, Agamben procede a una – al solito – eruditissima ricerca genealógica che analizza e discute una quantità impressionante di testi, antichi e moderni, teologici, filosofici, giuridici e antropológicos [...]” SALZANI, Carlo. *Introduzione a Giorgio Agamben*. Genova: Il Melangolo, 2013, p. 95-96. [tradução nossa]

²⁶AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

genealógicos. Trata-se, precisamente, de uma genealogia do governo e da economia.²⁷

A centralidade da tematização elaborada tem como ponto de partida as obras de Carl Schmitt e de Erik Peterson²⁸ e, a partir do diálogo entre ambos, desenvolve-se uma genealogia acerca da *oikonomia*. Ao longo do percurso genealógico, ao analisar os escritos do período da patrística, isto é, os escritos dos padres dos primeiros quatro séculos do cristianismo, o pensador italiano situa nesse plano a existência de uma teologia política capaz de propiciar o entendimento acerca da modernidade e percebe um conceito fundamental nestes escritos, [*oikonomia*] que, entretanto, era suprimido tanto por Schmitt quanto por Peterson ao citar os referidos pensadores patrísticos.

A partir da exposição de Carl Schmitt, especificamente em a *Teologia política*²⁹, na qual propõe a hipótese de uma teologia política para explicar a estruturação da política na modernidade, Giorgio Agamben formula uma teologia econômica, tendo como foco central o de explicitar a primazia do econômico na vida, sobretudo a partir da modernidade. Trata-se de mostrar como a vida humana é capturada pelos dispositivos de poder e de que modo torna-se objeto de gestão, administração e calculabilidade nas esferas de poder sob a lógica determinada pela economia, pelo livre mercado. Carlo Salzani situa a incursão agambeniana:

O excerto da teologia da política schmittiana na genealogia foucaultiana implica não só a expansão cronológica, comporta não somente a ampliação cronológica e temática da pesquisa genealógica, segundo a qual o paradigma governamental é pesquisado na elaboração da doutrina trinitária, mas também uma integração do paradigma teológico-político, ao qual

²⁷CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência*. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 106.

²⁸SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Trad. Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006; PETERSON, Erik. *El monoteísmo como problema político*. Madrid: Trotta, 1999. De acordo com Edgardo Castro, 'A herança teológica da política ocidental foi objeto de um aceso debate no século passado. Carl Schmitt, em *Teologia política*, havia levantado a questão, quando susteve que todos os conceitos decisivos da doutrina moderna do Estado são conceitos decisivos da doutrina moderna do Estado são conceitos teológicos secularizados [...] Contra Carl Schmitt, o teólogo Erich Peterson susteve que o paradigma de uma teologia política cristã, mas da teologia judia. À teologia política, Peterson opõe outro paradigma, o de uma teologia econômica, elaborado nos tratados teológicos sobre a Trindade. Mais precisamente, segundo Peterson, é em Filón de Alexandria que aparece pela primeira vez a ideia de uma teologia política, com o conceito de um único Deus, uma monarquia divina, que governa os homens e o mundo'. CASTRO, Edgardo. *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência*. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 109.

²⁹SCHMITT, Carl. *Teologia política*. Trad. Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

aproxima o teológico-político. Se a teologia política schmittiana (enunciada de um modo lapidar ao início da terceira e homônima parte, *Teologia política* na tese ‘Todos os conceitos secularizados’ Schmitt 1972: 61) baseado em um único Deus a transcendência de um poder soberano, a teologia econômica concebe ao invés a *oikonomia* como uma ordem imamente: o primeiro paradigma funda a filosofia política e a teoria da soberania, o segundo a biopolítica e o triunfo da economia; o primeiro é propriamente ‘político’, enquanto o segundo é “gestional” e governamental (e então ‘impolítico’). Os dois paradigmas são então substancialmente antinômicos, mas como Agamben tentará mostrar, funcionalmente conexos.³⁰

Em uma conferência que precede a obra *O reino e a glória*, realizada na *Fundação Serralves*, em Portugal, em 2007, intitulada *Arte, inoperatividade, política*, Giorgio Agamben explicita o funcionamento da máquina governamental no Ocidente, enquanto uma genealogia teológica da economia e do governo. Vejamos:

[...] concentrei as minhas pesquisas sobre algo que poderia definir como uma genealogia teológica da economia e do governo. Tratava-se de mostrar como o actual domínio da economia e do governo em todas as esferas da vida social tinha o seu paradigma na teologia cristã dos primeiros séculos, quando, para conciliar a Trindade com o monoteísmo, os teólogos a apresentaram como uma ‘economia’ divina, como a forma pela qual Deus organiza e governa tanto a vida divina como o mundo criado.³¹

Ao empreender a genealogia de um paradigma, enquanto teologia econômica – *oikonomia* – Agamben destaca que há uma derivação em dois paradigmas políticos, que influíram de um modo *sui generis* e determinante no ordenamento global da sociedade ocidental. Assim, da *teologia cristã* emergem dois paradigmas políticos em sentido amplo, antinômicos, porém, desde uma perspectiva funcional, em estreita conectividade, quais sejam:

³⁰L’innesto della teologia política schmittiana sulla genealogia foucaultiana comporta non solo l’ampliamento cronologico e temático della ricerca genealogica, per cui il paradigma governamentale va ora cercato nell’elaborazione teologica della dottrina trinitaria, ma anche un’integrazione del paradigma teologico-politico, a cui Agamben ne accosta uno “teologico-economico”. Se la teologia política schmittiana (enunciata in modo lapidario all’inizio del terzo ed eponimo saggio di *Teologia politica* nella tesi “Tutti i concetti teologici secolarizzati”, Schmitt 1972: 61) fonda nell’unico Dio la trascendenza del potere sovrano, la teologia economica concepisce invece l’*oikonomia* come un ordine imamente: il primo paradigma fonda la filosofia politica e la teoria della sovranità, il secondo la biopolítica e il trionfo dell’economia; il primo è propriamente “politico”, mentre il secondo è “gestionale” e “governamentale” (e quindi “impolitico”). I due paradigmi sono quindi sostanzialmente antinomici, ma, come Agamben cercherà di mostrare, funzionalmente connessi”. SALZANI, Carlo. *Introduzione a Giorgio Agamben*. Genova: Il Melangolo, 2013, p. 96. [tradução nossa]

³¹AGAMBEN, Giorgio. *Arte, Inoperatividade, Política*. In: CARDOSO, Rui Mota (Org.) *Crítica do contemporâneo. Política*. Trad. António Guerreiro et. al. Porto, Portugal: Fundação Serralves, 2007, p. 39.

[...] a *teologia política*, que fundamenta no único Deus a transcendência do poder soberano, e a *teologia econômica*, que substitui aquela pela ideia de uma *oikonomia*, concebida como uma ordem imanente – doméstica e não política em sentido estrito – tanto da vida divina quanto da vida humana.³²

A partir da afirmação acerca desses dois paradigmas de governamentalidade, poder-se-ia situar o primeiro – a teologia política – no âmbito a filosofia política moderna e a moderna teoria da soberania, especialmente em Thomas Hobbes que desenvolve o *Leviatã*³³ e fundamenta sua proposta fulcrada em elementos teológicos como proposta de Estado moderno, no âmbito da filosofia política moderna, tendo na figura do soberano analogamente a figura do Deus. Em relação ao segundo paradigma acima exposto, isto é, o da teologia econômica, emergem a compreensão de biopolítica moderna e suas abordagens até o presente, enquanto arte de gerir e administrar a vida do indivíduo, dispô-la através dos dispositivos de poder. Nesse sentido, poder-se-ia destacar de um modo especial a proposta agambeniana de compreender a biopolítica enquanto exercício de captura da vida firmada sob a supremacia do econômico, fator determinante da governamentalidade sobre qualquer outro aspecto da vida social. Tendo em vista esses dois paradigmas que emergem, Castor Ruiz esclarece:

Além dos vínculos teológicos da soberania, Agamben desenvolve nesta obra a tese de que a noção moderna de economia deriva da *oikonomia* teológica concebida como ordem imanente divina e doméstica. Deste paradigma teológico se deriva a biopolítica moderna, assim como a economia política e as formas de administração e governo da vida que proliferam por todos os âmbitos institucionais contemporâneos.³⁴

Nessa perspectiva, cabe destacar que o período que compreende os primeiros séculos (sec. II a IV) constituiu-se como estágio fundamental na elaboração da teologia trinitária, em seu funcionamento como *oikonomia*, que, entretanto, em boa medida caiu no esquecimento tanto de historiadores como de teólogos. Assim, Agamben procede à reconstrução da origem do conceito teológico de *oikonomia*, no interior dessa vertente teológica, e demonstra o seu respectivo

³² AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 13.

³³ HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

³⁴ RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé. Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo. *Cadernos em formação - Agamben*. In: *Cadernos IHU*, ano IX, n. 45, 2013, p. 26.

desaparecimento e a secularização na modernidade, bem como seu retorno com o nascimento da economia animal e da economia política no século XVIII. Nesse sentido, em relação ao termo *oikonomia*, destaca:

O termo *oikonomia* de que se serviam tais teólogos é o mesmo termo de Aristóteles, que no grego designa em primeiro lugar a administração da casa. Mas *oikos*, a casa grega, é um organismo complexo, no qual se entrelaçam relações heterogêneas, desde os vínculos de parentesco em sentido restrito, até àqueles entre patrão-escravo e à gestão de uma empresa agrícola muitas vezes de dimensões amplas. O que mantém unidas tais relações é um paradigma que poderíamos definir 'gerencial': trata-se de uma atividade que não está vinculada a um sistema de normas nem constitui uma *episteme*, uma ciência em sentido próprio, mas implica decisões e disposições diferentes em cada oportunidade para enfrentar problemas específicos.³⁵

A exposição do termo *oikonomia*, como vimos, tem suas raízes no mundo grego e perpassa desde os primeiros séculos da teologia patrística até ser ressignificado como *oikonomia teológica*. Embora possua acepções polissêmicas e multiformes ao longo da história, a *oikonomia teológica* conservou a sua matriz originária, que se referia ao caráter específico da administração da vida, porém com questões emergentes relacionadas à liberdade humana e ao plano divino, aspectos que retornam no escopo da economia moderna. Carlo Salzani destaca esse processo:

Através de uma longa e minuciosa análise dos textos teológicos, essencialmente do segundo e terceiro séculos d.C., Agamben mostra como o termo *oikonomia* é transposto no âmbito teológico, por fim para designar a articulação trinitária da vida divina, a 'disposição ordenada' que articula o ser divino em uma trindade para mantê-lo em uma unidade: a trindade não é então uma articulação do ser divino, mas da sua práxis, não é uma ontologia ou uma metafísica, mas um 'aparelho de governo' e de administração, articulado 'em termos econômicos e políticos'.³⁶

³⁵AGAMBEN, Da teologia política à teologia econômica - entrevista com Giorgio Agamben. Entrevista concedida a Gianluca Sacco, publicada em: Rivista online, Scuola superiore dell'economia e delle finanze, anno I, n.6/7, Giugno-Luglio 2004. Publicado no Brasil pela *Revista Interthesis*. Trad. Selvino José Assmann. Florianópolis, v. 2, n. 2, jul – dez. 2005, p. 4.

³⁶“Attraverso una lunga e minuziosa analisi di testi teologici, essenzialmente del secondo e terzo secolo d.C., Agamben mostra come il termine *oikonomia* venga trasposto in ambito teologico e finisca per designare l'articolazione trinitaria della vita divina, la “disposizione ordinata” che articola l'essere divino in una trinità pir mantenendolo in una unità: la trinità non è quindi un'articolazione dell'essere divino, ma della sua prassi, non è un'ontologia o una metafísica, ma un “apparato di governo” e di amministrazione, articolato “in termini economici e non politici”. SALZANI, Carlo. *Introduzione a Giorgio Agamben*. Genova: Il Melangolo, 2013, p. 97. [tradução nossa]

Por conseguinte, Agamben situa e problematiza a categoria *oikonomia* em vista de explicitar a forma como as formulações teológicas foram sendo assumidas internamente no pensamento da teologia cristã dos primeiros séculos, e de que modo isso passou a definir e delimitar um paradigma de governamentalidade no Ocidente, conforme afirma enfaticamente:

Somente se restituirmos ao paradigma econômico toda a sua densidade é possível superar as contradições exegéticas e as divisões que impediram os estudiosos e os teólogos modernos de situá-lo em seu verdadeiro contexto problemático. Na base da polêmica, que dividiu constantemente os intérpretes em dois campos, esta como vimos, a pretensa cisão entre dois sentidos claramente distintos do termo *oikonomia*: o primeiro, que se refere à articulação da única substância divina em três pessoas; e o segundo, que diz respeito à dispensação histórica da salvação.³⁷

Assim, é fundamental destacarmos que a exposição da *oikonomia teológica* diz respeito a uma *economia da salvação*, ou seja, refere-se ao plano da salvação de Deus sobre o mundo como condicionalidade inerente à humanidade em sua construtividade, em sua natureza de ser livre. Entretanto, essa compreensão de *oikonomia* indica a polis grega na qual

[...] *oikonomia* tinha o sentido de governar a casa, entendendo o governo como administração hierárquica da vida de todos os integrantes da grande *oikos* grega ou *domus* romana. Já Aristóteles diferencia entre a arte de governar e administrar a *oikos* (*oikonomia*) e a arte da cidadania na polis (política). Na *oikonomia* não há decisão livre das pessoas, senão administração inteligente das vontades. Na ágora da polis deve existir livre decisão dos sujeitos para construir o destino coletivo. A política inventada pelos gregos se propunha diferenciar-se da *oikonomia* neste ponto crítico: na polis os sujeitos decidem livremente seu destino (política), na *oikos* as pessoas são governadas/administradas com inteligência (*oikonomia*). Na *oikos* rege o princípio da desigualdade entre os componentes, enquanto na polis vigora a isonomia entre todos os sujeitos cidadãos.³⁸

A formulação no âmbito de uma *oikonomia teológica* caracteriza-se: por um lado *oikonomia* refere-se ao modo como as relações se processam entre as três pessoas da Trindade. Processos e procedimentos que seguem o modelo *oikonômico* de governo e, por outro lado, diz respeito à forma como Deus governa o mundo

³⁷ AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 65.

³⁸ RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé. Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo. Cadernos em formação - Agamben. In: *Cadernos IHU*, ano IX, n. 45, 2013, p. 27.

através da providência. Governa em conformidade com a natureza – diz respeito à disposição dos seres, ao próprio ato governar de forma *oikonômica*.

Os dois pretensos significados do termo – o que se refere à organização interior da vida divina e o que tem a ver com a história da salvação – não só não se contradizem, como são correlatos, tornando-se plenamente inteligíveis em sua relação funcional. Constituem, assim, as duas faces de uma única *oikonomia* divina, na qual ontologia e pragmática, articulação trinitária e governo do mundo remetem um ao outro para a solução de suas aporias. Em todo caso, é essencial que a primeira articulação daquilo que se tornará depois o dogma trinitário se apresente de início não em termos ontológico-metafísicos, mas como um dispositivo “econômico” e uma atividade de governo, ao mesmo tempo doméstico e mundano, da monarquia divina [...].³⁹

Desse modo, a exposição schmittiana que define que todos os conceitos decisivos da moderna doutrina do Estado são conceitos teológicos secularizados na perspectiva dos dois paradigmas supracitados precisa ser ampliada e corrigida, ir além dos limites do direito público e adentrar a esfera dos conceitos fundamentais da economia e da própria concepção de vida reprodutiva das sociedades humanas. Assim, a tese que define a economia como um paradigma teológico secularizado faz com que se coloque em questão a própria teologia – em uma espécie de exercício retroativo, isto é, implica em que a vida divina e a história da humanidade sejam, então, concebidas desde seu caráter primigênio enquanto uma *oikonomia*.

Posto isso, a própria teologia precisa ser entendida como econômica e, por conseguinte, a história precisa ser vista, entendida e problematizada em uma perspectiva econômico-gerencial e governamental, não mais por um viés de ordem política, posto que o ser vivo criado à imagem e semelhança de Deus revela-se, então, incapaz de uma política, mas capaz de uma economia. Portanto, contrapondo-se à tese do pensador alemão, Giorgio Agamben afirma: “[...] a teologia cristã é, desde sua origem, econômico-gerencial, e não político-estatal”⁴⁰. Nessa acepção, Castor Ruiz destaca:

Para Agamben a genealogia teológica da economia amplia a abrangência da influência teológica para além do mero direito público da soberania. A genealogia teológica da economia envolve a própria noção de vida humana

³⁹ AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 66.

⁴⁰ AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 80.

e sua reprodução social. A implicação dos modos de governo da vida humana na oikonomia teológica retroage a origem da política ocidental à noção teológica de economia da salvação em que se encontram implicadas a vida divina e a história da humanidade.⁴¹

Destarte, poder-se-ia sustentar que a própria história precisa ser concebida como uma *teologia econômica*, ou seja, com um caráter de disposição das coisas, em uma perspectiva gerencial, um modo de ordenamento da natureza, dos seres na criação. A própria noção de economia política tem por matriz a concepção de uma *oikonomia teológica*, posto que se ocupa e trata de formas, métodos e conhecimentos em vista de governar a vida humana, como aduz o pensador italiano: “A economia política constitui-se, portanto, como racionalização social da *oikonomia providencial*”.⁴²

Ademais, conforme Castor Ruiz, “[...] manteve o marco teórico da teologia econômica do governo mudando Deus pelo Estado ou mercado”⁴³, de tal modo que a partir dessa compreensão de *oikonomia teológica* – de como Deus pode governar o mundo se desloca para o âmbito da *economia política* que se pergunta como governar as pessoas a partir da sua natureza. Em suma, “Governar, para a economia política moderna, é governar a liberdade dos outros. Isso significa saber administrar a sua vontade e dirigi-la a metas pré-estabelecidas. Essa é a boa arte de governo da economia política”.⁴⁴

Nesse sentido, a época contemporânea contém em si o sintoma de um possível paradoxo, no qual a vida se torna o alvo supremo do capital, o capital por excelência, em nome do qual, por um lado se busca sua máxima prolongação por meio dos recursos da medicina e, por outro, em nome da qual se propugnam guerras planetárias. Esse prognóstico de uma situação paradoxal fica evidenciado como precisa Ricardo Timm de Souza:

O mundo contemporâneo, em seu veio principal e por exigência inelutável do tardo-tecno-capitalismo, é *de facto* uma imensa e infernal máquina, ou

⁴¹RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé. Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo. Cadernos em formação - Agamben. In: *Cadernos IHU*, ano IX, n. 45, 2013, p. 26.

⁴²AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 306.

⁴³RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé. Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo. Cadernos em formação - Agamben. In: *Cadernos IHU*, ano IX, n. 45, 2013, p. 27.

⁴⁴RUIZ, Castor Mari Martín Bartolomé. Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo. Cadernos em formação - Agamben. In: *Cadernos IHU*, ano IX, n. 45, 2013, p. 27.

maquinismo, de transformação contínua de qualidades, singularidades, em quantidades, generalidades, ou seja, de transformação do diferente em indiferenciado [...] Mas desde o século XX, e ainda mais nas intempéries desse início de século e milênio no qual habitamos, o real debate-se exatamente nesta contradição: o ‘está consumado’ – ‘consumado’ que não significa, ao fundo, senão a violentação do passado e do futuro no presente totalizante –, sua impessoalidade escatológica, deixa por trás de si um volume imenso de restos, traços, *spectros*, espessuras, sonhos vivos, não aceitos, não relacionados, não resolvidos. O maciço de ruínas benjaminianas continua seu crescimento aparentemente inelutável. E, em meio a esses fatos, as hipócritas promessas de felicidade, esses espíritos vagantes, insuflam-se sempre novamente de aceitabilidade no mundo de escolhas muito escassas.⁴⁵

Frente ao exposto, em primeiro lugar cabe destacar que a compreensão de *oikonomia*, desde sua origem, está presente na Grécia antiga, na organização da vida na polis, até tornar-se fundamental no interior da teologia cristã dos primeiros séculos (I a IV), e as respectivas influências nas instituições ocidentais: “A *oikonomia* apresenta-se aqui como uma organização funcional, uma atividade de gestão que não se vincula senão às regras do funcionamento ordenado da casa (ou da empresa em questão)”.⁴⁶

Destarte, se em Foucault temos a compreensão de biopolítica como administração da vida, em que a mesma entra nos cálculos do poder estatal, enquanto vida gerida, administrada, como objeto central acerca do qual se desenrola a cena política, em Agamben, na obra *Homo sacer*, evidencia-se uma compreensão de biopolítica enquanto produção e reprodução da *vida nua* por meio dos dispositivos de poder, como exercício de um poder soberano, insígnia mais peculiar da política no Ocidente, de tal modo que a compreensão de biopolítica está posta desde a origem nas relações de poder, muito antes do século XVII, com o advento da modernidade e o que a circunscreve. Quer dizer, a biopolítica configura-se no coração da instituição jurídico-política do Ocidente, desde os tempos mais primigênicos, enquanto biotanatopolítica – a ação de um poder que comunica a morte, que define a vida tornando-a passível de descartabilidade.

Porém, se em *Homo sacer* a biopolítica indica a produção da *vida nua* por meio do poder soberano, na obra *O reino e a glória* o pensador italiano desenvolve

⁴⁵SOUZA, Ricardo Timm de. (Dis)pensar o ídolo. Responsabilidade radical no pensamento contemporâneo. *Quadranti*, Salerno, n. 2014, v. II, p. 70-72.

⁴⁶AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 32.

uma genealogia teológica da economia e do governo, na qual se evidencia um conceito de biopolítica enquanto administração-gestão da vida que, a partir da categoria *oikonomia*, remonta e reconstrói tal compreensão de governamentalidade no interior da teologia dos primeiros quatro séculos do cristianismo na tentativa empreendida pelos teólogos em definir a economia trinitária, isto é, em definir a natureza da trindade em que consistiam naturezas e funcionalidades no âmbito de um paradigma de operacionalidade do plano de salvação divino da humanidade.⁴⁷

Disso decorre a importante distinção agambeniana de que o paradigma de governamentalidade do Ocidente tem suas raízes no interior de tal problemática, a partir do antigo conceito grego de *oikonomia*, administração da casa e, posteriormente, na patrística no interior da fundamentação da compreensão de Trindade, e sua estruturação como forma de governo no Ocidente, e não no pastorado cristão, conforme enfatiza o pensador francês. Giorgio Agamben busca, no interior da teologia dos primeiros séculos, as raízes do paradigma *oikônômico* gerencial presente na contemporaneidade, delineando-o como uma forma de governo que se firma substancialmente sobre o econômico, que administra, define, delimita e rege a vida em nosso tempo.

Enfim, a centralidade do paradigma de governamentalidade vigente indica e está firmado sob um ordenamento social fundamentado em uma *teologia econômica* e não uma *teologia política*, como havia afirmado Carl Schmitt. Tal tese necessita ser compreendida em vista de se pensar a política nos tempos hodiernos, enquanto atividade essencial à vida humana. O desafio que emerge configura-se como possibilidade de tornar inoperosos os dispositivos que capturam a vida na máquina governamental do Ocidente e as operações biológicas, econômicas e sociais enquanto abertura a um novo, possível uso. Requer (re)pensar a política para além da economia e da glória, a partir de uma desarticulação inoperosa tanto da bíos quanto da zoé: “É preciso abandonar esse modelo para pensar preferivelmente uma potência puramente destituente, que não fosse captada pelo dispositivo securitário e

⁴⁷ Nessa acepção, Emmanuel Taub afirma que as pesquisas de Agamben, de um modo particular a obra *O reino e a glória*, precisam ser situadas e compreendidas como desenvolvimento de uma genealogia da categoria biopolítica, temática presente nas escavações foucaultianas: “[...] la reconstrucción de una teología económica como genealogía de la biopolítica – completando los trabajos de Michel Foucault – que propone en su más reciente obra, *Il Regno e la Gloria*”. TAUB, Emmanuel. *La Modernidad Atravesada: teología política y mesianismo*. Madrid: España: Mino y Dávila, 2008, p. 26.

precipitada na espiral viciosa da violência”⁴⁸. A problematização acerca da potência destituente, bem como de suas formas e meios, constitui-se, na visão do pensador italiano, como a questão política por excelência – tarefa essencial para o pensamento filosófico nos tempos que correm.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Da teologia política à teologia econômica - entrevista com Giorgio Agamben. Entrevista concedida a Gianluca Sacco, publicada em: Rivista online, Scuola superiore dell'economia e delle finanze, a. 1, n. 6/7, Giugno-Luglio, 2004. Publicado no Brasil pela **Revista Interthesis**. Trad. Selvino José Assmann. Florianópolis, v. 2, n. 2, jul./dez. 2005.

_____. Arte, Inoperatividade, Política. In: CARDOSO, Rui Mota (Org.) **Crítica do contemporâneo**. Política. Tradução António Guerreiro et. al. Porto, Portugal: Fundação Serralves, 2007.

_____. **Mezzi senza fine**: note sulla politica [1996]. Torino: Bollati Boringhieri, 2008.

_____. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Trad. Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **O reino e a glória**: uma genealogia teológica da economia e do governo. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **L'uso dei corpi**. Vicenza: Neri Pozza, 2014.

_____. Uma cidadania reduzida a dos biométricos: como a obsessão securitária faz mudar a democracia. In: GLOECKNER, Ricardo Jacobsen; FRANÇA, Leandro Ayres; RIGON, Bruno Silveira. (Orgs.) **Biopolíticas**: estudos sobre política, governamentalidade e violência. Curitiba: IEA Academia, 2015.

BENJAMIM, Walter. **O capitalismo como religião**. Trad. Nélio Schneider e Renato Ribeiro Pompeu. São Paulo: Boitempo, 2013.

BILLOUET, Pierre. **Foucault**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

CASTRO, Edgardo. **Pensar a Foucault**: interrogantes filosóficos de la arqueologia del saber. Buenos Aires: Biblos, 1995.

⁴⁸AGAMBEN, Giorgio. Uma cidadania reduzida a dos biométricos: como a obsessão securitária faz mudar a democracia. In: GLOECKNER, Ricardo Jacobsen; FRANÇA, Leandro Ayres; RIGON, Bruno Silveira. (Orgs.) **Biopolíticas**: estudos sobre política, governamentalidade e violência. Curitiba: IEA Academia, 2015, p. 133.

_____. **Introdução a Giorgio Agamben**: uma arqueologia da potência. Trad. Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CHIGNOLA, Sandro. Regra, lei e forma-de-vida em Agamben. In: SALVETTI, Ésio; CARBONARI, Paulo, SIVIERO, Iltoomar (Orgs.). **Giorgio Agamben**: filosofia, ética e política. Passo Fundo: IFIBE, 2015.

EWALD, François; FONTANA, Alessandro. Prefácio. In: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 1988.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

_____. **Em defesa da sociedade**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **Segurança, território, população**. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MATE, Reyes. **Memórias de Auschwitz**: atualidade da Política. Trad. Antonio Sidekum. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2005.

PETERSON, Erik. **El monoteísmo como problema político**. Madrid: Trotta, 1999.

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. **Os labirintos do poder**: o poder (do) simbólico e os modos de subjetivação. Porto Alegre: Ed. Escritos, 2004.

_____. Giorgio Agamben, genealogia teológica da economia e do governo. Cadernos em formação - Agamben. **Cadernos IHU**, a. 9, n. 45, p. 26-29, 2013.

SALZANI, Carlo. **Introduzione a Giorgio Agamben**. Genova: Il Melangolo, 2013.

SOUZA, Ricardo Timm de. (Dis)pensar o ídolo. Responsabilidade radical no pensamento contemporâneo. **Quadranti**, Salerno, v. 2, p. 69-87, 2014.

SCHMITT, Carl. **Teologia política**. Trad. Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

TAUB, Emmanuel. **La Modernidad atravesada**: teología política y mesianismo. Madrid: España: Mino y Dávila, 2008.

Artigo recebido em: 30/04/2016

Artigo aprovado em: 18/08/2016